

porã, duba

Giannotti dá sua
receita de Estadualização:
"O primeiro passo
é um concurso público".
Na página 3.

Jornal da PUC — 16/9/87 — n.º 129

Hélio Campos Mello



Invasão Memórias dos 10 anos

22/9/77. Erasmo Dias comanda a invasão da PUC.

*Do Tai-Chi à natação,
as alternativas puquianas
para movimentar o corpo.*

Página 8.

Samuel S. Chaves



Carta dos Editores

Dando continuidade às discussões sobre a Estadualização fomos ouvir o filósofo e presidente do Centro Brasileiro de Análise, Pesquisa e Planejamento (Cebrap), José Arthur Giannotti. Respeitado nos círculos acadêmicos, Giannotti, com suas idéias críticas, provocou muita polêmica num recente debate a respeito da Universidade Popular na Zona Leste. Na página 3, ele diz o que pensa das propostas de verbas públicas para instituições católicas. Esse assunto também deve esquentar, na PUC, agora que o anteprojeto constitucional foi apresentado. Confira na página 6.

Faz dez anos que a PUC foi invadida. No dia 22 de setembro de 1977, tropas da polícia civil e militar ocupavam com violência o campus Monte Alegre, 37 pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional, mais de 1.000

presas e 4 gravemente feridas. Esse foi parte do saldo de um episódio que marcou fundo a luta de resistência contra a ditadura militar na PUC. Nós levantamos a história da invasão nas páginas 4 e 5.

Aos 89 anos, Luiz Carlos Prestes continua sendo um dos mais lúcidos críticos do momento atual brasileiro. Ele esteve na PUC abrindo o ciclo de debates "Transição não é Transação". Suas considerações estão na página 7, onde aproveitamos para fazer nossa homenagem a dois homens que tiveram em comum o trato com a palavra e a integridade das idéias: o poeta Carlos Drummond de Andrade e o jornalista Claudio Abramo.

Universidade é sempre imaginada como lugar de estudo. Mas, como ninguém é de ferro, a PUC oferece boas opções para quem gosta de mexer o corpo. Escolha a sua na página 8.

Conselho Editorial
Professores - jornalistas: Gabriel Priolli (reg. Mtb 361 - Mat. Sind. 4969) Laurino Leal Filho (Mtb 12.11-Mat. Sind. 300), Valdir Mengardo Mtb 12.347-Mat. Sind. 6.707)
Redação
Editoria: Elizabeth Lorenzotti (Mtb 10.716-Mat. Sind. 4.183)
Editores Assistentes: Angelo Pavini Junior, Gerson Sintoni
Repórteres: Angélica Ricco Gomes, Rubem Roschel, Yara Bartijoto
Diagramação: Humberto S. de Alencar
Fotografia: Samuel dos Santos Chaves
Publicidade: Roberto Coelho Barreiro Filho (Mtb 3.038)
Produção: Eliana Maria Barbosa
Porã duba circula quinzenalmente com distribuição gratuita e é editado sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, Cep 05014, tel (011) 263-0211, ramal 227, Porã-duba em tupi: notícia.

Cartas

Fono: a questão do laboratório

Respondendo a críticas de alunos do curso de Fonoaudiologia publicadas na nossa última edição, o professor Ivan Galiza informa que:

1. As alunas reclamantes são do 3º período tendo, neste Laboratório, aulas de Morfofisiologia dos Órgãos da Fala e Morfofisiologia do Órgão da Audição. (...) Na aula prática, as lâminas (cedidas pelo Prof. Orozimbo à PUC e portanto insubstituíveis

por terem sido por ele confeccionadas), ficam sob a responsabilidade dos professores que as distribuem às alunas.

2. Fora do horário de aula, há marcação individual para estudo, nos horários livres da sala 7 (mais de 40 hs. semanais). (...) a única desorganização é o fato de alguns alunos quererem estudar sem marcar hora e outros reservarem horários e não comparecerem. (...)
3. A norma é entregar uma lâmina

por vez, pois o manuseio de mais de uma lâmina por vez, por alunos, demonstrou o alto risco de quebra das mesmas. (...)

4. Algumas lâminas rachadas (neste 1º semestre cerca de 3 lâminas foram lesadas) dificultam o estudo por serem mais difíceis de manusear.

5. A falta de higiene, que se observa, é a característica de uma sala de uso diário de alunos e pode ser minimizada pelo cuidado dos mesmos.

6. (...) D. Margarida é técnica de laboratório e controla o uso do mesmo, sendo responsável também pelo material usado, e o Sr. Francisco tem como função limpeza e auxílio à D. Margarida.

7. Quanto ao fato de crianças circularem no recinto de estudo há necessidade de maiores informações (...)

8. Quanto a possíveis idéias e sugestões, desde que sejam adequadas às condições físicas e acadêmicas do Laboratório serão recebidas, pensadas e discutidas convenientemente.

9. (...) Nenhuma dessas questões chegou alguma vez a ser colocada à Chefia do Laboratório.

Prof. Ivan Galiza, responsável pelo Laboratório de Anatomia

Lusíadas I

A Comissão de reconstrução do TUCA, tendo em vista notícias veiculadas neste jornal a respeito da organização da Oficina de Teatro do TUCA e a montagem e apresentação da peça "Lusíadas or not Lusíadas?", considera ser de seu dever esclarecer à Comunidade sobre sua participação nessas atividades.

Neste sentido, é importante destacar as principais contribuições da Comissão para a implantação e o funcionamento da Oficina de Teatro do Tuca:

- Elaboração e acompanhamento do projeto Tuca-Vivo, apresentado à Secretaria Estadual da Cultura e que originou a assinatura de um convênio com a destinação de recursos financeiros para a formação da Oficina de Teatro;

— Contratação dos professores Paulo Moreira, Leslie Picolotto Ferreira e Valéria Sirangelo para iniciar e dirigir os trabalhos do Grupo de Teatro, coordenando as áreas de expressão corporal, voz e interpretação teatral;

- Cessão de espaço no Tuca, de agosto de 1986 a julho de 1987 para reuniões, aulas e ensaios do Grupo;

— Designação de um membro da Comissão para acompanhamento permanente e direto dos trabalhos da Oficina, auxiliando o Grupo e sua direção na produção da peça;

— Gestões junto à direção do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas para a cessão do auditório da Marquês de Paranaguá para a realização de ensaios do Grupo;

— Datilografia e reprodução do texto da peça para distribuição a todos os membros do Grupo e para divulgação;

— Datilografia e reprodução do "book", caderno de divulgação da peça distribuído para colaboradores e órgãos da imprensa;

— Apoio administrativo, incluindo serviços de secretaria, contatos e transportes, uso de telefones, máquinas e equipamentos;

— Composição e impressão de convites, programas de "felipetas" de divulgação da peça;

— Viabilização do empréstimo de praticáveis e de figurinos por parte da RTC, sob a responsabilidade da Comissão;

— Viabilização, sob a responsabilidade da Comissão, da cessão dos teatros Sérgio Cardoso e Paulo Eiró para a apresentação da peça;

— Obtenção de patrocínio para a publicação de "tijolinhos" de divulgação na Folha de São Paulo e no Jornal da Tarde;

— Auxílio financeiro para a montagem da peça;

— Auxílio financeiro para despesas de viagem, visando a apresentação do Grupo no I Festival de Teatro Universitário de Blumenau.

Com relação aos integrantes do Grupo de Teatro do Tuca, a Comissão gostaria de expressar seu reconhecimento pela dedicação e competência com que todos participaram da montagem de "Lusíadas or not Lusíadas?", possibilitando, com seus esforços, o sucesso alcançado.

A Comissão gostaria também de agradecer a colaboração recebida pela comunidade puquiiana, cujo apoio e generosidade foi fundamental para a realização deste empreendimento.

Comissão SOS-TUCA

Lusíadas II

São de uma burrice loquaz as declarações dadas neste jornal por Bráulio Mantovani, ator e criador do texto "Lusíadas or not Lusíadas", o qual declara que 90% dos atores da peça não entenderam o texto e também diz que ator não precisa entender, apenas fazer. Essas declarações trouxeram gran-

de descontentamento às pessoas que participaram da montagem da peça, principalmente aos atores.

Obviamente o sr. Bráulio quis simplesmente desmerecer a atuação de todo o grupo, procurando dar todo o mérito ao seu texto, subestimando a capacidade e a sensibilidade de pessoas que, trabalhando conjuntamente, trouxeram o 1º lugar de um festival de teatro de nível nacional. Ou será que 90% dos jurados também não entenderam nada e deram o 1º lugar ao Tuca por causa dos lindos olhos do sr. Bráulio Mantovani? Estaria inscrito nas entrelinhas deste texto algo de tão sofisticado que, devido ao seu hermetismo, possibilitasse a sua decodificação a apenas aqueles providos de uma certa genialidade?

Um fascista de elite? Não. Tudo isso não passa de estrelismo entusiasta mesclado com uma inocente arrogância pseudo-acadêmica. O texto é bom, mas os méritos que o autor dá a si próprio são maiores, fazendo com que o texto desapareça. E é lamentável também que a repórter que trabalhou tal matéria tenha dado ouvidos apenas a críticas destrutivas, sendo que muitas coisas interessantes sobre o trabalho do grupo foram omitidas, mas preferiu polemizar ou para ganhar crédito em seu trabalho ou por qualquer outro motivo, fazendo um jornalismo de má qualidade. (Digo isso com todo o respeito aos demais jornalistas do Porã, que procuram fazer um jornalismo sério.)

Espero que tudo isso não passe de mero desentendimento e que não prejudique o trabalho do grupo de teatro do Tuca, que vem abrindo novos espaços dentro da Universidade e se projetando para além dos seus limites, reativando a nossa produção artística e cultural.

Tabajara Fonseca de Assumpção
Filosofia, 8º período, ator e compositor das músicas da peça

N.R.: A autora da reportagem sobre o Tuca apenas cumpriu a pauta. Sua intenção não foi "polemizar" ou "ganhar crédito em seu trabalho", ouvindo "apenas críticas destrutivas", mas dar a palavra ao grupo premiado, o que foi feito. As dificuldades, os esforços, as alegrias da premiação estão claramente expostos na matéria.

Dia da Imprensa

A imprensa não pode faltar ao Brasil nesta hora. Viva a Imprensa. **Carlito Maia**

PROMOÇÃO

"NOVA MULHER"

INSTITUTO DE BELEZA



**corte
escova
lavar
creme
banho especial
manicure**

**POR APENAS
Cz\$ 360,00**

ESTA PROMOÇÃO PODE SER DIVIDIDA
ENTRE DUAS OU TRÊS PESSOAS

De 2ª a 5ª feira

Rua Cardoso de Almeida, 715
Perdizes — Fone 65-4630

Estacionamento gratuito para nossas clientes, à Rua Cardoso de Almeida, 840 (ao lado do Banco Itaú).

Filósofo, ex-professor da PUC-SP e da USP, José Arthur Giannotti é o atual presidente do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Ele fala ao Porã/Duba sobre verbas para escolas particulares, estadualização, escolas públicas e outros assuntos referentes à Educação.

Samuel S. Chaves



Porã — O que o Sr. acha da proposta, sugerida inclusive pela Igreja Católica, da destinação de verbas para universidades particulares; o Sr. é a favor?

Giannotti — A questão não pode ser respondida se sou a favor ou contra. Eu sou a favor, desde que uma série de requisitos sejam cumpridos. Parto do princípio de que verbas públicas devem ser gastas publicamente. Mas reconheço também que na situação atual do Brasil, existem institutos que têm caráter público e não são propriamente estatais. Desde logo vou afirmando que não concordo com a análise feita pelas PUCs, de que elas são institutos comunitários, porque prestam serviço à comunidade, e mereceriam portanto verbas públicas. Não creio que se possa definir o caráter público de uma instituição pelos serviços que produz, senão, também os hospitais privados deveriam receber verbas públicas, além de outras instituições. Não é a partir do produto que o caráter público da instituição se demarca, mas sim pelas regras com que joga. Por exemplo, um instituto universitário se torna público quando o controle desse dinheiro público é feito academicamente, de uma maneira pública. Sou perfeitamente favorável que as PUCs recebam dinheiro para pesquisa, ou mesmo auxílios institucionais, se elas se integram a um conselho inter-universitário que assegure critérios de mérito e de contratação na carreira universitária, que assegure o pluralismo ideológico nas matérias fundamentais. Tenho citado centenas de vezes o caso da PUC do Rio de Janeiro, instituição pela qual tenho um enorme respeito, mas que eu acho absolutamente impossível de ter 70% de seu orçamento coberto pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), enquanto o seu Grão-Chanceler processa expurgos sistemáticos no Departamento de Filosofia. Essa situação é intolerável. Ela não tem o direito, a partir do momento que recebe verbas públicas, de excluir ideologias do seu seio. Porque o caráter da publicidade moderna é a diversidade. Do ponto de vista do Estado leigo, que quer reconhecer essas instituições para-estatais, não tem sentido a polêmica "a favor ou contra a Teologia da Libertação". Na hora que a PUC recebe dinheiro público ela tem que aguentar a polêmica no seu interior, e o Chanceler não tem o direito de calar o Frei Boff.

"Tornar-se público é abrir-se ao debate público"

Porã — O Sr. acha possível fazer o controle dessas verbas para as universidades?

Giannotti — Não só possível como absolutamente necessário. A

população tem que saber como é que as verbas destinadas à educação são gastas. É preciso saber quanto vai para projetos, quanto vai para funcionalismo, quanto vai para marajá, quanto vai para bolsas, que tipo de orientação está sendo seguida na pesquisa, qual a política institucional de cada universidade. Agora, eu não acho que deva haver controle das políticas científicas, mas sim um esclarecimento. É preciso que cada universidade diga a que vem.

Porã — Como tornar esse processo de publicização viável no Brasil?

Giannotti — Você tem que atuar em vários níveis. Primeiro, você tem que tornar público aquilo que eu chamo de "poder acadêmico", e todas as regras da academia. É preciso fazer com que todos os concursos nesses institutos sejam abertos a todos, e não só às pessoas que estão vinculadas às escolas. Isso vale tanto para as escolas públicas quanto às particulares. Eu sei muito bem como as universidades estaduais e particularmente as federais estão hoje cerradas às influências e às convicções de fora. Em segundo lugar, você tem de ter o controle público da verba, e é preciso então agilizar instituições do ministério público, tribunal de contas, etc, a fim de que se saiba exatamente como essas verbas estão sendo gastas. E também que se faça uma avaliação do rendimento dos bolsistas, dos critérios de distribuição de bolsas e assim por diante. Nisso os próprios alunos devem participar, para que tudo se torne mais transparente do que tem sido. O clientelismo na distribuição das bolsas é uma das pragas da universidade.

Porã — De que forma, com a publicização, a universidade vai sair

do esquema de elitização, servindo ao público realmente?

Giannotti — Veja bem, a elitização é um problema comum a todas as universidades. Não vai ser resolvido através desta ou daquela instituição. Esse problema no nosso ensino tem que ser resolvido por uma política geral de restabelecimento da escola pública no 1.º e 2.º Graus, da instalação de colégios universitários que recebam exclusivamente alunos das escolas públicas de modo que possam preparar os alunos carentes, a fim de que tenham competitividade nos vestibulares transformados. Obviamente, não esse vestibular como está. Sou também absolutamente contrário a qualquer cláusula para assegurar verbas para estudantes carentes, pois teremos estudantes carentes e futuros profissionais carentes. E quando eles são melhores, vão prestar serviço às classes dominantes. Essa é uma solução que no sistema capitalista não funciona. O que precisamos é preparar os outros estudantes, a fim de que eles possam entrar na universidade. Não acredito que a universidade vá deixar de ser uma elite, nem tem sentido se imaginar que todos vão passar por ela. Agora, temos que abri-la às oportunidades de todos. Todas as pessoas que se esforçarem e passarem por um processo de avaliação devem ter a chance de chegar a ela. Não temos uma democracia nas oportunidades. Basta olhar o caráter branco das universidades brasileiras, onde negro, não tem, né?

Porã — Dá para pensar em transparência nos gastos públicos quando o próprio governo não consegue controlar seu déficit?

Giannotti — Se você vai esperar que todo o governo se torne transparente, caímos numa inércia.

Nós vamos lutar politicamente para que tenhamos um governo mais democrático, e para que as universidades sejam mais transparentes, mais públicas. E nós, estando na universidade, começamos por ela. É um processo que não pode ficar na dependência de uma solução geral, porque ele vai ser parte a parte, difícil e passo a passo. Eu sei que esse governo não tem nenhum interesse em fazer uma reforma na universidade, mas não é por isso que deixaremos de fazê-la.

Porã — A PUC SP está tentando se estadualizar, como solução para as constantes crises que vem passando. O que o Sr. pensa dessa proposta?

Giannotti — Eu tenho com a PUC SP a relação mais íntima, e de enorme gratidão. Acho que a proposta de estadualização pode ser pensada. Eu sugeriria que esse processo começasse botando todos os cargos, de faxineira a professor titular em concurso, e que portanto todos esses concursos fossem refeitos, com a possibilidade de que outros professores concorressem.

Porã — Um concurso geral?

Giannotti — Claro. Porque a carreira feita pela PUC, por muito honrada, não é uma carreira que foi pública. Os concursos foram feitos internamente. Por exemplo, quando eu estava no Departamento de Filosofia, todos os professores doutores passaram para professores adjuntos. Menos eu. A diretoria da PUC alegou que meu contrato era por tempo determinado, e portanto não se sabia quanto tempo eu ia ficar na universidade, e que não era o caso de me promover. Quando resolvi ir para a UNICAMP, terminado meu contrato, eu continuei recebendo da PUC, porque na verdade, meu contrato não era por tempo determinado. Isso mostra que havia lutas internas da burocracia, privilegiando esta ou aquela corrente de professores. E que essa passagem, de professor-doutor para professor-adjunto também era parte de uma política da PUC. A partir dessa experiência, acho que o Estado, para incorporar a PUC, deve pedir concursos novos. Eu tenho certeza que meus colegas, com a competência que têm, ficarão muito felizes de serem avaliados e terem seus cargos oficializados. Essa é a primeira condição. Depois, no processo, nós poderíamos discutir a relação com o aluno.

"A estadualização deve começar colocando todos os cargos em concurso aberto"

Porã — Existe algum exemplo de publicização em que se possa basear?

Giannotti — Não, o processo ainda é novo. Isso advém de uma situação de grande crescimento do ensino privado no Brasil.

Porã — Isso geraria então diferenças regionais em cada estabelecimento?

Giannotti — Acho que sim. Sou muito favorável a uma diversificação da universidade. Sou contra os currículos mínimos. As universidades devem fazer suas próprias experiências, desde que depois elas sejam avaliadas. Nessa avaliação você tem que inverter o processo cartorial brasileiro. Tudo você controla antes, e quando controla, deixa margem para as pessoas burlarem a lei. Então, deixemos as universidades terem suas experiências. Ao mesmo tempo, montamos um sistema nacional de avaliação, para ver como cada experiência está funcionando. E de acordo com isso, ela vai receber o dinheiro da população brasileira.

Harmonia
CORPO ENERGIA MOVIMENTO

Você é o seu corpo
O corpo revela quem é você, e como se relaciona com o mundo. E a sua energia está envolvida em todos os processos da vida: nos movimentos, sentimentos e pensamentos. E em tudo isso está a busca permanente do indivíduo: a felicidade.
E para ser feliz o homem necessita viver em harmonia.
Um novo espaço que se abre para você e sua família:
O Projeto Harmonia — um espaço aberto para equilíbrio psico-físico-energético onde você encontrará atendimento psicológico; o FURÔ — banhos de imersão individual contra stress, dores musculares, reumatismo etc; terapia corporal; massagem energética e oriental e cursos regulares como: TAI-CHI-CHUAN — GINASTICA, CONSCIENCIA CORPORAL E DANÇA — YOGA — BIODANCA — MUSICOTERAPIA (para crianças) — CURSO DE MASSAGEM ZEN SHIATSU.
Venha viver HARMONIA... o seu novo PROJETO de vida.
Rua Ministro Godói, 1.302 — Fone: 262-6239.



Fotos Hélio Campos Mello

Cenas da invasão:

Acima, da esquerda para direita: a ex-Reitora Nadir Kfoury dialogando com cel. Erasmo Dias; centenas de pessoas confinadas no estacionamento em frente ao Tuca; a invasão do Dafile, antigo diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia e Letras.

Abaixo, da esquerda para direita: manifestantes passam pelo corredor polonês formado por policiais. O policial se protege dos efeitos das bombas.



Dez anos de invasão

Na noite de 22 de setembro de 1977, aproximadamente 900 policiais militares e à paisana, armados de revólveres e cassetetes, invadiram o campus Monte Alegre da PUC. A ação, mais tarde considerada como de desrespeito à autonomia universitária por vários segmentos da sociedade, foi comandada pelo cel. Antônio Erasmo Dias, então Secretário da Segurança Pública de SP, no Governo Paulo Egídio, e fora movida para dispersar cerca de 2 mil estudantes que realizavam um ato público em frente ao Tuca.

Vários acontecimentos antecederam a invasão. Em maio de 1976, a Faculdade de Economia da USP teve os votos para seu DCE — livre roubados. No início de 77, várias concentrações, que ora reivindicavam verbas para a Educação ora protestavam contra prisões de operários e estudantes, eram todas violentamente reprimidas. No dia 15 de junho, quando estudantes se manifestavam contra a repressão do III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), em Belo Horizonte, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco só não foi invadida graças à intervenção de seu diretor, Rui Nogueira.

No dia 21 de setembro, a USP, PUC e FGV já amanheceram cercadas por tropas po-

liciais. A Medicina da USP foi invadida e cerca de 170 pessoas foram presas. No final da manhã do dia 22, o III ENE se realizou simultaneamente à uma Assembléia Metropolitana, ambas na PUC.

À noite, a PUC transformou-se em palco de guerra. Segundo o relatório do DCE da PUC, divulgado em novembro daquele ano, "os policiais perseguiram as pessoas, histéricos, dando cacetadas e jogando bombas que expeliam gás, outras que soltavam chamas e outras ainda que espirravam outro líquido que queimava a pele". Erasmo Dias afiançava, porém, que só bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral haviam sido usadas.

As pessoas corriam para dentro da Universidade, já que o prédio estava totalmente cercado. Muitas caíram e foram pisoteadas. Cerca de 16 sofreram fortes queimaduras. Todos foram obrigados, embora sem esboçar qualquer reação, a andar em fila indiana, de mãos dadas, até o estacionamento, que ficava na esquina da Rua Bartira com Monte Alegre. Quem não pertencia à uma lista de triagem era dispensado. Outros foram encaminhados para o Batalhão Tobias Aguiar ou para o Deops.

Como resultado de tanta violência, várias salas foram

pichadas com a sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas), os C.A.s foram depredados, móveis e máquinas de escrever destruídos, arquivos violados, apostilas confiscadas. Cerca de 37 pessoas foram enquadradas na L. S. N.

Para o Diretório Central dos Estudantes, o ato teve a intenção também de atingir a Reitoria, que, em julho daquele ano, havia alojado a então proibida 29ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e por se caracterizar pela independência às pressões da ditadura e defesa da autonomia universitária.

Segundo o Professor Walter Ceneviva, foram instalados três inquéritos policiais, um requerimento pela PUC contra a entidade policial, outro pela Secretaria de Segurança Pública e outro pela Polícia Federal, ambos contra os estudantes. Todos eles foram arquivados.

Foram também instalados dois processos cíveis contra o Estado: um requerimento pelas estudantes queimadas, e outro pela PUC. Às garotas queimadas e solteiras, o Estado pagará um dote. As casadas receberão indenizações pelas despesas médicas. Coube ao Estado também pagar uma indenização à PUC, o que até agora não foi feito.

Decisão da Justiça favorece as garotas queimadas na PUC

Depois de quase dez anos, chegou ao fim no dia 30 de julho do ano passado o processo movido pelas quatro jovens que receberam queimaduras durante a invasão da PUC pela polícia, no dia 22 de setembro de 1977. Iria Visoná, Graziela Eugenia Augusto, Maria Cristina Raduan e Virginia Maria Finzetto deverão receber do Estado o reembolso das despesas de tratamento médico-hospitalar. Iria e Graziela, receberão além disso, um dote. "Apesar de estar em desuso, o Código Civil ainda tem em seu interior o Regime Dotal", explica o advogado e jurista Walter Ceneviva, responsável pelo processo. Ele não quis declarar-se sobre o processo, por motivos éticos, mas falou sobre a legislação dotal. "O dote é um patrimônio, em bens ou em dinheiro ou ambos, entregue ao noivo para exclusiva administração dele, quando do casamento", explica. E apesar de existir há 500 anos, o Regime Dotal possui 36 artigos próprios e mais 21 artigos no Regime de Bens. Ceneviva explica que, neste último, "é da essência do Regime Dotal descreverem-se e estimarem-se cada um de per-si, na escritura pré-nupcial, os bens que configuram o dote, que pode ser a própria nubente, e que reverterão em benefício apenas do noivo".

Acompanhando o processo, vemos que as garotas foram beneficiadas pelo parágrafo 2º do Artigo 1538 do Código Civil, que estabelece: "no caso de ferimento ou ofensa à saúde..." "se o ofendi-

do, aleijado ou deformado for do sexo feminino, solteira ou viúva, ainda capaz de se casar, a indenização consiste em dotá-la, segundo as posses do ofensor, as circunstâncias do ofendido e a gravidade do defeito." Como Iria e Graziela eram as únicas solteiras na época da decisão judicial, somente elas terão acesso à indenização. Essa seria, uma espécie de compensação para elas, por terem sido prejudicadas em suas chances de casarem-se, o que lhes garantiria a sobrevivência. Ceneviva explica que, "apesar de ultrapassada, a legislação dotal ainda está em vigor, e pode ser usada normalmente, a despeito de todos os protestos que as feministas possam fazer". A última atualização nessa legislação foi feita em 1917. No processo, pode-se notar que o juiz fixa um valor que lhes proporcione um rendimento fixo mensal, que corresponderia aos salários ou rendimentos que elas receberiam no exercício de suas profissões. Apesar da decisão do juiz ter sido tomada em 1986, o Estado ainda não providenciou o pagamento.

O processo de perdas e danos movido pela PUC contra o Estado terminou em 84. Deverá ser pago à PUC um valor corrigido pelos estragos causados pela polícia durante a invasão. Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública daquela ocasião, poderá ser acionado pelo Estado, após o pagamento, através de uma ação regressiva, já que assumiu a responsabilidade pela ação dos policiais.

Testemunhas da Invasão

O Porã foi buscar alguns depoimentos de pessoas que vivenciaram a amarga experiência de setembro de 77. Aqui elas mostram sua indignação diante do ato abusivo do coronel Erasmo Dias e contam fatos inéditos sobre a invasão policial na PUC.

Sérgio Luna:
"Foi uma desforra".

O Vice-Reitor Comunitário, Sérgio Luna, na época presidente da Apropuc, lembra de "coisas curiosas" sobre a invasão. "O primeiro fato é o de que a PUC não foi invadida por acaso e nem pelas razões apresentadas pela polícia — Congresso da UNE. A invasão foi usada pelas pessoas que estavam no poder como pretexto para uma desforra, pelo fato da Reitoria ter permitido a Reunião Anual da SBPC no campus. E já que estavam dentro, aproveitaram para fazer o resto", comenta.

O que mais impressionou Sérgio naquela noite foi o tom de louco do então Secretário da Segurança Pública do Estado, coronel Erasmo Dias, "com aquela maneira autoritária de responder, como se estivesse mostrando que não devia satisfações a ninguém", comenta e ataca: "Foi uma coisa desrespeitosa, acintosa, especialmente porque se tratava de uma universidade, de particular, numa operação dirigida por um homem em total desequilíbrio." Depois da invasão, Sérgio contatou diversos representantes de entidades da sociedade civil, para que visitassem o campus e vissem o que havia acontecido. "Os lugares menos prováveis foram arrombados e livros, que qualquer curso deveria ter, foram apreendidos como material subversivo", complementa. O objetivo da operação, segundo o Vice-Reitor, seria colocar alunos e professores nas situações mais degradantes possíveis. Sérgio impressionou-se com a rápida mobilização da Comunidade diante de um inimigo externo, "principalmente na Comissão de Investigações da Câmara, quando as pessoas 'enfrentaram a barra' e foram depor sobre os acontecimentos, como a ex-Reitora Nadir Kfoury, que enfrentou o coronel Erasmo Dias".

Paulo Resende:
"Lembrei-me dos jovens da Maria Antonia."

O professor Paulo Edgard Resende, diretor do Centro de Ciências Humanas, era na época diretor da Faculdade de Ciências Sociais. Estava participando de uma reunião no 3º andar quando ouviu os gritos e as bombas. "Saímos correndo, tranquilizando as pessoas nos corredores." Ele desceu para procurar quem comandava a operação, identificando-se como diretor da faculdade. Recebeu um degradante "diretor de merda". Solicitou que levassem em conta ao menos as grávidas, ao que responderam que "eram putas que

não sabiam quem eram os pais dos seus filhos". Paulo foi agredido por dois civis, que, segundo ele, pareciam advogados, pelo que diziam e faziam. "Vi bolas de fogo subindo em frente ao Tuca e até hoje há a suspeita de que era gás Napalm" diz. Ele ficou encarregado de identificar quem era aluno e professor diante do estacionamento. "Era interessante notar a diferença de comportamento do Erasmo Dias e do então delegado da Polícia Federal, Romeu Tuma. O primeiro falando alto, excitado, enquanto Tuma estava com a voz tranqüila e pausada".

Depois da invasão, voltando para a Faculdade de Ciências Sociais, Paulo encontrou a sala invadida, marcas de botas sobre sua mesa e, nas paredes a pichação: CCC (Comando de Caça aos Comunistas). O mesmo aconteceu com a sala do Departamento de Política, onde além da invasão, a porta da sala foi partida ao meio, e os armários despedaçados. "Isso me fazia lembrar os jovens da Maria Antonia, de 1968, do CCC. Os jovens civis armados com cacetetes e bombas eram os mais violentos, enquanto que com os guardas era possível conversar" comenta.

Carlos Eduardo C. Freire:
"Pensávamos que representávamos alguma autoridade."

Carlos Eduardo Carvalho Freire já era professor de Psicologia no básico quando houve a invasão. Um dia antes, encontrou todo o quarteirão bloqueado por carros militares, "brucutus". Estava vedada a entrada ao prédio. Os professores, indignados com aquilo, marcaram uma reunião para discutirem a autonomia universitária para o dia seguinte. Durante a reunião, no 3º andar do Prédio Novo, "começamos a ouvir um zum-zum-zum e, de repente, explosões. Estavam cercando a Universidade", conta ele. Os professores subiram para o 4º andar e, de lá, Eduardo viu "labaredas defronte ao Tuca, que subiam até o alto dos coqueiros, e os alunos descendo a rampa, em direção ao Prédio Novo. Voltamos para a sala, nervosos e resolvemos então imitar uma aula. Nisso entrou um policial armado com cacetete, muito excitado" lembra. Falaram com o policial e pediram para conversar com o responsável pela ação e desceram. "Os alunos iam de mãos dadas, em fila, e eram espancados pelos policiais. Nós descíamos em grupo. Pensávamos que, como professores, representávamos alguma autoridade" diz. Mas ao serem pressionados pelos policiais, Eduardo tirou a sua Carteira Profissional e gritou: "Calma, isto aqui é um grupo de professores", e foi imediatamente agredido. Depois acabou entrando na fila, junto com os alunos. "Lembro-me deles olhando, pedindo para que fizéssemos alguma

coisa." O campus parecia um campo de batalha. Bombas, falta de respeito com alunos e professores (só os que estavam vestidos de padre eram respeitados). Foram todos para o estacionamento e ficaram sentados esperando, de costas para a rua, enquanto diversos veículos faziam manobras.

Depois de soltos, os professores tentaram ver como estava a PUC, mas não conseguiram. Passaram a noite na casa de um amigo e foram, no dia seguinte, ver o que tinha acontecido. "Foi uma coisa muito triste. O pior foi o clima que ficou entre alunos e professores", comenta.

Iria Visioná:
"Deveriam ter-se apurado os verdadeiros culpados".

Médica formada, fazendo hoje

o terceiro ano de residência no Hospital da Clínicas, Iria Visioná foi uma das quatro garotas que receberam queimaduras de bombas durante a invasão.

Ela tem até hoje, como marca daquela noite trágica, uma cicatriz na perna direita, que atrapalha quando ela quer ir à praia ou à piscina. "Na hora abala um pouco, pois as pessoas perguntam do que é a cicatriz", explica.

Iria fazia biologia na USP quando ocorreu a invasão, e saiu da aula naquela noite, para participar do ato público defronte ao Tuca. Na hora da polícia dispersar os estudantes, a explosão de uma bomba a queimou.

Juntamente com as outras garotas atingidas, Iria entrou na Justiça contra o Estado. O resultado deste processo é interessante: elas foram beneficiadas pela arcaica lei do Regime Dotal, ou seja, o Esta-

do deverá indenizá-las fornecendo-lhes um dote até o fim da vida. "Para que a justiça fosse realmente cumprida, deveriam ter-se apurado os verdadeiros culpados pela invasão. Talvez o coronel Erasmo Dias...", comenta.

Nadir Kfoury:
"Um fato lamentável"

A Reitora, na ocasião, era a professora Nadir Gouvêa Kfoury. Ela enfrentou diretamente o então Secretário de Segurança, Erasmo Dias, tanto no dia da invasão, quanto durante os depoimentos na Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa. Hoje ela não quer falar sobre o assunto. Apenas considera a invasão como "um fato lamentável. Uma violência que ela espera que nunca se repita".

Conheça o

CREDIÁRIO
SARAIVA

LIVROS UNIVERSITÁRIOS

agora em até 5 pagamentos

SEM JUROS E SEM ACRÉSCIMO

livraria
SARAIVA

A mais completa da história

LOJAS E PONTOS DE VENDA:

CENTRO - Rua José Bonifácio, 203
Rua São Bento, 196
Praça da Sé, 423

HIGIENÓPOLIS - Rua Maria Antonia, 328

OMEC - Av. Candido Xavier Almeida Souza, 200
Mogi das Cruzes - Fone: 469-0481

BRAZ CUBAS DIREITO - Rua Francisco Franco, 133
Mogi das Cruzes

BRAZ CUBAS CAMPUS - Av. Francisco Rodrigues Filho, 1233
Mogi das Cruzes

PUC - Rua Ministro de Godoy, 1029
Fone: 864 4149 Direto

OSASCO - Faculdade de Direito Rua Narciso Sturlini, 883

ITU - Faculdade de Direito Av. Tiradentes s.n.

SÃO JUDAS - Rua Taquari, 546 - Mooca

FMU I - Rua Tagua, 150 Fone: 279 3711

FMU II - Av. Liberdade, 654

ATENDEMOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Estadualização: Reitoria explica suas posições

Na última quinta-feira, enviamos ao Reitor as seguintes perguntas, que seriam respondidas por escrito:

— Qual a opinião do reitor sobre a entrevista de D. Paulo, posicionando-se contra a estadualização. Como fica a posição da reitoria, após ela retirar-se da comissão de estadualização, perante a comunidade. Se houve pressão ou influência da Fundação São Paulo nessa decisão. O que a reitoria pensa sobre a proposta de Estadualização feita pelo reitor da UNESP, Jorge Nagle. Que informações teria o reitor sobre a reunião do CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras), realizada no Rio de Janeiro. Se o reitor apóia a dotação de verbas para escolas confessionais, e sob que critérios. Se essa seria a solução para as PUCs, e porque outras escolas particulares não poderiam também receber essas verbas. Se o reitor é a favor da publicização da PUC e sob que critérios. Se a PUC-SP, a exemplo da PUC do Rio de Janeiro, não pretende fazer uma campanha junto ao empresariado para arrecadar recursos. E se era verdade que a reitoria se recusava a fornecer os documentos solicitados pelo reitor da UNESP.

Como resposta, obtivemos esse comunicado que segue abaixo, assinado pelo próprio reitor.

Dada a natureza das perguntas, julguei conveniente englobá-las numa resposta conjunta, acrescentando também outros elementos complementares.

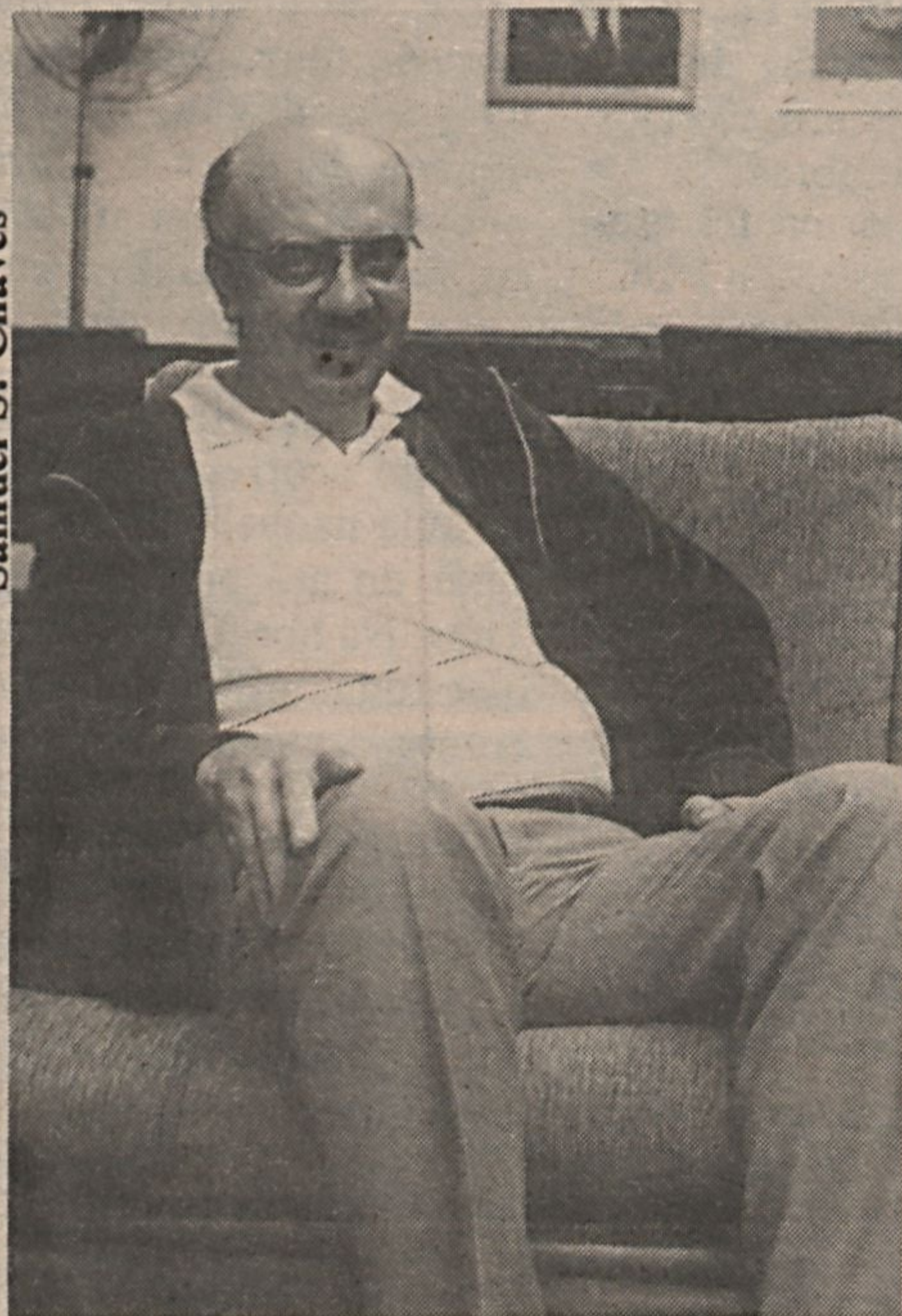
Quaisquer que sejam as alternativas estruturais para a PUC-SP, devemos atentar para algumas questões básicas e que se apresentam interligadas, mostrando desde logo como é complexa a busca de soluções viáveis e concretas. Dentre elas, destaco:

1. Objetivos e Identidade pretendida para a nossa Universidade, o que engloba, entre outras coisas: competência e qualificação, o caráter católico, políticas educacionais, prioridades de cursos e programas, porte ótimo da instituição;
2. Perfil e posições dos sujeitos envolvidos em sua dinâmica interna e externa;
3. Possibilidades concretas de modificações quanto à sua natureza institucional, jurídica, acadêmica;
4. Análise dos vários projetos produzidos pelas unidades, associações e grupos;
5. Meios e recursos humanos e materiais com que contamos;
6. Formação de uma vontade coletiva, expressa em ações organizadas e permanentes, no sentido de buscar as mudanças desejadas;
7. Estratégia, a curto, médio e longo prazos, que leve em conta metas, etapas, alianças, correlações de forças.

O fio condutor da Reitoria tem sido o de manter viva a instituição, assegurando sua viabilidade e permanência, enquanto se desenrola a sua trajetória — certamente longa — de mudanças com definições e passos amadurecidos.

É sabido que as soluções para a PUC-SP dependem das práticas efetuadas pela comunidade interna, pela Fundação São Paulo, pela Sociedade Civil e pelo Estado, e que elas se mostram conflitivas entre as instâncias e no interior das mesmas.

A manifestação do Grão Chanceler não nos trouxe nenhuma surpresa, considerando suas colocações anteriores quanto o que pensa sobre a natureza e o sentido da PUC-SP. A firmeza de sua posição baliza as discussões presentes e futuras sobre as alternativas para esta instituição e necessariamente redireciona as estratégias em curso, o que



O reitor Luiz Eduardo Wanderley

levou a Reitoria a reorientar seus procedimentos.

O Reitor da Unesp, nos vários contatos com representantes da campanha pela estadualização e com a Comissão de membros do Consun e da executiva do movimento, demonstrou seu apoio à solução estadualizadora e disse que poderia efetuar contatos a nível governamental, a partir de alguns dados que, contudo, não foram ainda, solicitados formal e oficialmente pelo Reitor ou pela Unesp. Comentários sobre eventuais etapas de estadualização dependerão de prévia manifestação explícita de setores interessados e decisão posterior das instâncias competentes.

Em nossas propostas escritas, encaminhadas ao Consun e à comunidade, desenvolvemos os argumentos básicos em favor de alguns caminhos de publicização. Naqueles documentos expusemos claramente sob que formas e critérios rigorosos aceitávamos, ao menos por um período de transição, verbas públicas para umas poucas instituições que preenchessem determinados requisitos legais e outros (pesquisa, carreira, controle dos recursos pelo Poder Público, etc). Se essa não é a solução definitiva para a resolução da nossa crise econômico-financeira, mostra-se como a mais viável a médio prazo, até que a nova Constituição e uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação tracem as diretrizes para o ensino superior no País.

Sobre outras fontes possíveis de recursos, já indicamos a necessidade de elaboração de uma lei Sarney para a Educação, similar à da Cultura. Os contratos que fizemos com ex-alunos, até o momento não frutificaram. No campo internacional, há possibilidades reais para pesquisas e projetos de serviços, com montantes restritos.

Faltam estudos mais fundamentados e propostas objetivas que façam avançar o processo das indispensáveis transformações institucionais. Penso que a Igreja Católica deveria repensar o significado histórico e atual das suas instituições de ensino. Tenho a esperança que saberemos, com lucidez e empenho, encontrar os caminhos satisfatórios que superem a situação crítica em que se encontra a universidade brasileira e a nossa em particular.

Com relação à pergunta específica sobre a reunião dos Reitores do Crub, em agosto no Rio de Janeiro, não houve nenhuma tomada de posição nas conclusões sobre eventuais estatizações de instituições particulares.

Constituinte e Educação: Como ficam as verbas públicas

Continua o processo pela estadualização da PUC. Houve uma nova plenária na última terça-feira, que reuniu os representantes da Comunidade para discutir os rumos do processo, a partir da proposta de encampação por etapas proposta pelo reitor da UNESP, Jorge Nagle. A reitoria da PUC retirou-se da comissão no começo do mês, invocando a posição da Fundação São Paulo para justificar sua saída.

Enquanto isso, na Constituinte, o anteprojeto do Deputado Federal Bernardo Cabral já está pronto. Nele está prevista uma ampliação nas verbas para a educação. Segundo o artigo 379, "a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento no mínimo, da receita proveniente de impostos na manutenção do ensino". Também o ensino particular continuará existindo, e está prevista, em casos excepcionais, a dotação de verbas para escolas con-

fessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que provem finalidades não-lucrativas, reapliquem excedentes financeiros em educação e prevejam a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso do encerramento de suas atividades (artigo 381 do anteprojeto). Isso significa que as PUCs podem voltar a receber verbas, solucionando assim suas crises financeiras.

Não há perspectiva de mudança para esse projeto. Arcelina Públio professora da Universidade de Brasília e membro do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar disse, em entrevista por telefone ao Porã, que "apenas assuntos como o mandato presidencial e o sistema de governo devem mudar." Seriam necessários 47 dos 93 votos da Comissão de Sistematização, o que, segundo Arcelina, "é muito difícil, pois os progressistas não são maioria".



O Jack In The Box está inaugurando mais uma moderna filial no lugar mais badalado de São Paulo: Avenida Sumaré, n.º 611.

E no Jack Sumaré você também conta com o Delicioso Mundo do Sanduíche 24 horas por dia, e o exclusivo Sistema Jack Drive.

JACK IN THE BOX

JACK IN THE BOX

PRESENTE DE INAUGURAÇÃO

Com este cupom
você compra um delicioso JUMBO JACK
e ganha um JUMBO JACK
de graça



Válido até 30/09/87
no Jack In The Box
da Av. Sumaré, 611

JACK IN THE BOX

JACK IN THE BOX

PRESENTE DE INAUGURAÇÃO

Com este cupom
você compra um delicioso JUMBO JACK
e ganha um JUMBO JACK
de graça



Válido até 30/09/87
no Jack In The Box
Da Av. Sumaré, 611

JACK IN THE BOX

Prestes na PUC

Ex-dirigente comunista abre ciclo de debates

“Nessa Constituinte, quem manda são os empresários. As medidas mais progressistas estão sendo eliminadas, a pretexto de reduzir o número de artigos. Os interesses dos generais vão ser mantidos, e o primeiro a capitular diante deles foi o democrata Covas. O que mais podemos esperar?” Estas foram algumas das declarações de Luís Carlos Prestes, senador constituinte em 1946 e ex-Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, na noite de 24 de agosto, na abertura do ciclo de debates “Transição não é Transação”, promovido pelo CACS, com apoio dos CA’s Leão XIII e 22 de Agosto e patrocinado pelo ILDES — Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Social.

Para as pessoas que lotaram a Sala 333 e imediações, Prestes, aos 89 anos, é uma figura quase legendaria: “Eu assisti a uma entrevista dele na televisão e não podia perder a oportunidade de conhecê-lo e entender um pouco mais sobre comunismo”, afirmou uma das estudantes presentes, Cláudia Viterbo, do 1º ano de Psicologia.

Não deixa de ser instigante ouvir essa personagem viva da história, que aos 26 anos já comandava o levante de um batalhão e durante três anos percorreria 25 mil km de território brasileiro, à frente da Coluna que levou seu nome.

Prestes iniciou fazendo uma análise da conjuntura nacional, a partir do movimento pelas eleições diretas, em 1984, passando pela conciliação da burguesia com a ditadura. Não poupou críticas ao governo Sarney, que considera submisso aos militares. “A Nova



Samuel S. Chaves

República é igualzinha à velha. Nenhum general facista foi afastado, nenhum torturador foi condenado, o DOI-CODI, que era a instituição da tortura, do assassinato dos presos políticos não foi desmantelado, está pronto para entrar em ação a qualquer momento.”

Sopa Eclética

O Cavaleiro da Esperança acredita que a classe operária brasileira chegará ao socialismo, mas somente através da construção de um partido revolucionário, de orientação marxista-leninista, hoje inexistente no país. Para ele, os dois únicos partidos não comprometidos com o governo são o PT e o PDT.

“Para construir um partido revolucionário, é necessário um grupo de homens com uma ideologia, defensores da teoria do proletariado. Reunindo gente, com pensamentos os mais variados, o que vamos ter é uma sopa eclética, não um partido de esquerda.”

Prestes afirmou que os partidos que se autodenominam comunistas são antimarxistas e foi muito aplaudido ao fazer uma crítica à atuação do PC, que no seu último congresso divulgou documentos apoiando a transição e o governo Sarney. “Fiquei isolado durante 12 anos dentro do Comitê Central porque fiz uma autocritica e finalmente fui afastado desse partido, que tem uma orientação oportunista de direita.”

Na opinião de Prestes, a discussão sobre a forma ideal de governo, se presidencialismo ou parlamentarismo, é apenas uma maneira de encobrir problemas mais sérios, que só podem ser resolvidos com a mudança de regime. E faz uma previsão pessimista: “Desenhe-se a possibilidade de uma segunda ditadura tipo Getúlio, por 10 ou 15 anos, com Sarney à frente. A classe operária seria a única capaz de fazer alguma coisa para impedir isso, mas ainda está muito desorganizada.”

ANÚNCIOS POPULARES

• PAPEL & CIA — UMA NOVA PAPELARIA PRA VOCÊ!

Canetas, lápis, cartões, papéis de presente, de carta, pra escrever, admirar e criar entre outras coisas. Tudo que você precisa no C.A. Educação (agora reformado).

• ALUGA-SE

quarto independente em residência, na Lapa. Fone. 832-8217 ou na PUC — ramal 231.

ATENÇÃO MULHER:

Francesa procura mulheres classe A com bom relacionamento

Se você tem algum tempo livre e quer ganhar algum dinheiro com seu bom relacionamento, venha nos procurar para lançarmos juntos no Brasil a linha Francesa de cosméticos Van Verr.

Você faz o seu horário e seu ganho,

Fale conosco - fone 279-7212

Horário: 9:00 às 13:00

15:00 às 18:00

com Wania



Paris - London - New York

MAGNUS

Alisamento com creme de abacate e óleo vegetal; fazemos também tratamento anti-queda com PRODUTOS NATURA e limpeza de pele.

Promoção

2ª a 5ª corte Cz\$ 90,00
manicure Cz\$ 50,00

Fornecemos produtos NATURA
Tel: 263-9050
Rua Cardoso de Almeida, 1524

DATILOGRAFIA IBM

Executo Serviços de Datilografia

- Teses
- Livros
- Relatórios
- Trabalhos Escolares
- Tabelas, etc.

Fone: 843-0593 c/ VERA

DATILOGRAFIA IBM

Teses, Currículos, Trabalhos Escolares, Relatórios, Livros, Mala Direta, Monografias, Composição, Arte Final, Xerox e Redação. Retiramos e entregamos no local.

Rapidez e Perfeição.

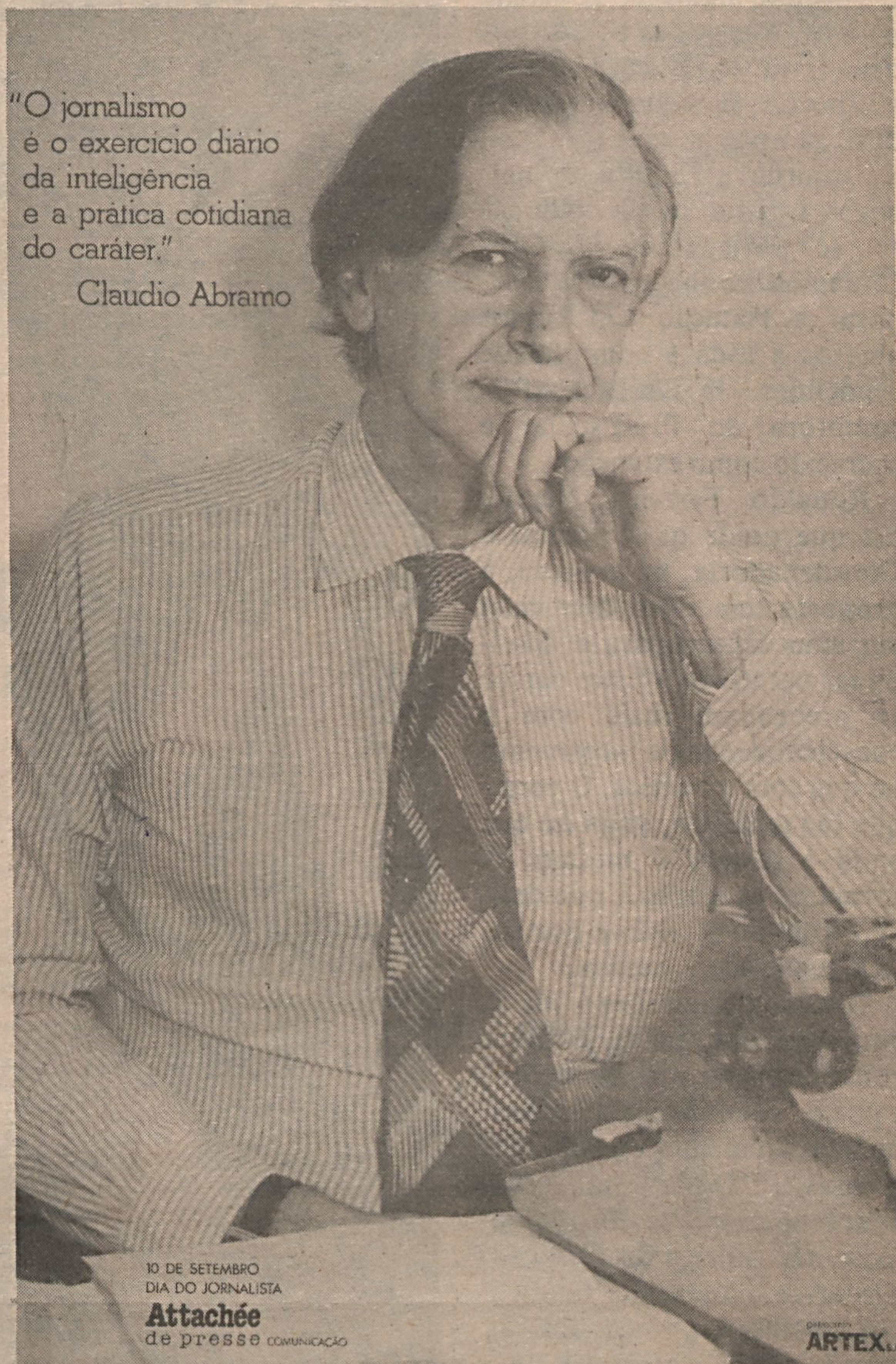
Terezinha, fone: 949-4076.

Claudio Abramo

1923-1987

“O jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter.”

Claudio Abramo



10 DE SETEMBRO
DIA DO JORNALISTA
Attachée
de presse COMUNICAÇÃO

ARTEX



Mas as coisas lindas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.

Carlos Drummond
de Andrade
1902-1987

Desde o começo deste segundo semestre, a rapaziada da PUC está curtindo alguns cursos alternativos, oferecidos pela Coordenadoria de Educação Física e Esportes. Eles não valem crédito, são pagos, mas têm sempre quorum garantido. Afinal, acaba fazendo quem realmente se interessa. Tai-Chi-Chuan, Reconhecimento Corporal e Natação são cursos abertos a toda a comunidade acadêmica. Já Educação Psicomotora do Pré-Escolar é oferecido como extensão.

Ronaldo Ferreira Negrão diz que desde que assumiu a Coordenadoria, há um ano, a proposta tem sido abrir cada vez mais espaço para as disciplinas optativas. "Estes cursos se preocupam mais com a conscientização do movimento do que com a estética. O corpo que faz ginástica, yoga ou que anda é sempre o mesmo. A forma de execução é que define a conscientização e portanto a qualidade", explica.

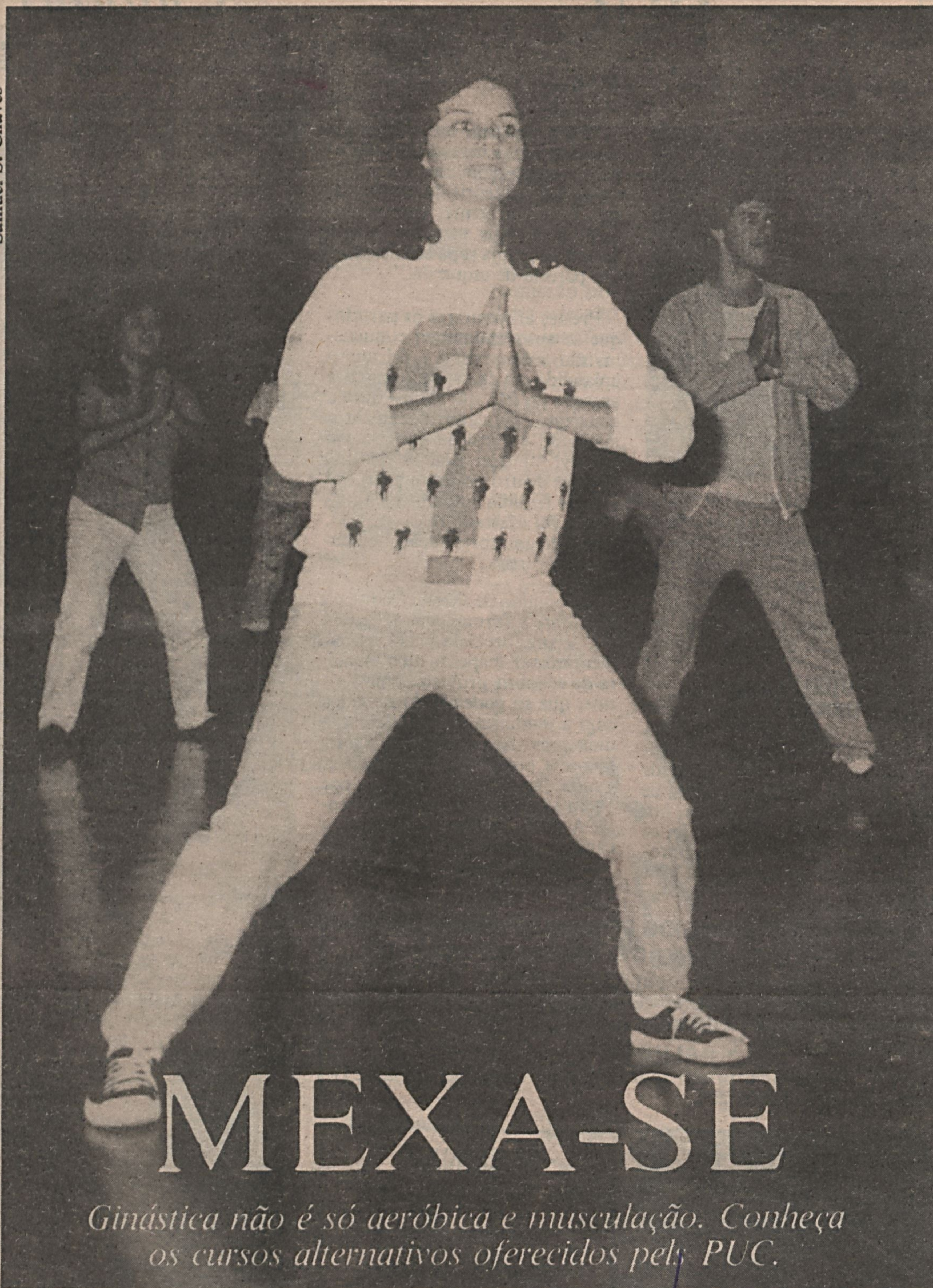
O alívio das tensões torna-se consequência pois, com a consciência do próprio corpo, a pessoa se conhece mais e acaba lidando melhor com os problemas. "Quem não está adaptado, torna-se duro, objeto, e não sujeito da situação. Tratar-se mais acaba também por melhorar nossa relação com o outro", afirma Ronaldo.

Ele explica também que, num segundo momento, estes trabalhos práticos irão subsidiar uma reflexão a respeito da formação do profissional de Educação Física e uma proposta de mudança curricular, num trabalho conjunto com a USP e o Mackenzie. "Nós também queremos provar que uma quadra já é o suficiente para o trabalho ser iniciado."

Tai-Chi: Uma arte marcial pacífica, que ensina defesa e traz equilíbrio

Os alunos ficam dispostos em diagonal para menor dispersão de energia. Os gestos são lentos, repetitivos e introspectivos. Os olhos, voltados para a professora Alla Koslovsky e, ao mesmo tempo, para dentro de si. É Alla quem explica que o Tai-Chi-Chuan é, a princípio, uma arte marcial existente há pelos menos 5 mil anos e que não usa força própria, mas a inércia do outro. "Não há nexos em se dar socos ao léu. Na vida, nós precisamos nos defender, mas a essência desta luta é não lutar."

Samuel S. Chaves



MEXA-SE

Ginástica não é só aeróbica e musculação. Conheça os cursos alternativos oferecidos pela PUC.

Tai Chi: "a essência desta luta é não lutar"

O curso, que se desenvolve às terças das 19h às 22h30 e quartas (inscrições encerradas), é composto de aulas práticas e teóricas, que abordam Do-In, I Ching, Shiatsu, Astrologia e Metafísica. "Com a parte espiritual, o praticante da Tai-Chi é o cara mais pacífico do mundo porque a luta não é contra o outro mas contra nós mesmos. Até encontrarmos um equilíbrio total, físico, emocional e energético", explica Alla.

James Azuma, aluno do 1º ano de Economia, faz o curso desde o começo do semestre porque queria conhecer melhor a filosofia: "Acho que as pessoas não deviam praticar o Tai-Chi apenas para se defender, e sim porque gostam".

James já sentiu alguns benefícios, principalmente com a Do-In: "O corpo fica mais leve".

A Educação Psicomotora alerta para a percepção do espaço e do corpo

No curso de Educação Psicomotora, as pessoas que trabalham com o pré-escolar compreendem como ocorre o desenvolvimento psicomotor infantil e quais são seus aspectos. Além de dar uma vivência prática de atividades, o curso mostra como o professor deve ministrá-las. Segundo o professor Carol Kolyniak Filho, o movimento é a forma básica de auto-expressão: "Estimulando-se a motricidade, a criança se torna mais plena, mais completa. Se ela usa e conhece o corpo, acaba se relacionando melhor e vivenciando mais", explica.

Uma aluna do 3º ano de Pe-

dagogia, que não quis se identificar, disse que resolveu fazer o curso para complementar sua formação. "A Faculdade não oferece nada deste tipo. E desenvolver a motricidade da criança é importante para facilitar seu aprendizado intelectual". O professor Carol concorda: "Sem estes estímulos, a criança acaba tendo mais dificuldades na vida escolar. Morando numa cidade como São Paulo, há cada vez menos espaço para se brincar".

O curso é dado todo sábado de manhã, até o dia 17 de ou-

tubro, com atividades teóricas e práticas, que enfatizam a percepção de espaço e do próprio corpo.

O resultado: bem-estar, tensão aliviada, melhor postura e boa respiração

"Após a aula, minha disposição melhora, fico mais relaxado e melhoram também minha postura e respiração. Ou seja, o curso fez com que eu me conhecesse melhor. Aliás, o que o próprio nome já promete". Isto é o que pensa o funcionário Eduardo Viveiros do Urplan (Instituto de Planejamento Regional e Urbano) que faz aulas de Reconhecimento Corporal, embora esporadicamente, desde o começo do ano. "Para o estilo de vida que a gente tem, acho fundamental qualquer tipo de atividade física", afirma.

As aulas de Reconhecimento Corporal, a cargo do professor Ronaldo F. Negrão, realizam-se às terças e quintas-feiras, à tarde. Nelas, o respeito é a palavra fundamental, já que é o próprio aluno quem determina seu limite. Ronaldo explicou que o curso não está pronto, mas evoluindo a cada semestre: "Ele é um passeio por vários tipos de movimento: ginástica, yoga, antiginástica, respiração, massagem individual e em grupo. Nossa proposta é aliviar o condicionamento em que vivemos".

Segundo Ronaldo, historicamente não temos trabalho corporal, só preconceitos. "Existe um discurso intelectual que ignora esta necessidade". E alerta: "O corpo tem que proporcionar bem-estar para você e não para o social."

Quanto custa

São os seguintes os preços dos cursos: Tai-Chi, quatro mensalidades de Cz\$ 250,00; Natação: uma vez por semana, quatro de Cz\$ 150,00, e duas vezes, quatro de Cz\$ 300,00. Reconhecimento Corporal é grátis, às terças das 13:00 às 14:00 e quintas das 17h30 às 18h30. As inscrições para Educação Psicomotora estão encerradas. Maiores informações na Coordenadoria de Educação Física, salas S-16, do Prédio Velho.

OFICINA DE ARTES PLÁSTICAS Canto de Criatividade

Não é escola, não é curso, é um espaço de expressão, espontaneidade, criação, experimentação, descobertas, onde as técnicas são aprendidas ao longo do mexer, sentir, construir, desenhar, pintar, modelar, onde a disciplina é consequência natural do envolvimento com a criação. Turmas reduzidas a partir de 15 anos até o limite do seu desejo de crescer.
Informações com ANNA — Fone 62-1613.